



TERMO DE REFERÊNCIA 02/2025

O objeto do presente termo é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO** de Materiais, Bloco para pavimentação intertravado – Esp.= 08 cm, resistência 35 Mpa e Meio Fio 12 x 30 15 cm x1m por meio de pregão presencial, tipo menor preço por item, para atender ao município de Marilândia-ES.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1- O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Bloco para pavimentação intertravado – Esp.= 08 cm, resistência 35 Mpa e Meio Fio 12 x 30 15 cm x1m por meio de pregão presencial para atender ao município de Marilândia-ES.

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. EM MÉDIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
BLOCO PARA PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADO – ESP= 08, RESISTÊNCIA 35 MPA (cod. 036512)	M²	50.000,00	R\$ 82,56	R\$ 4.128.000,00
MEIO FIO 12 X30 X15 CM X1M (cod 036506)	M	15.000,00	R\$ 38,02	R\$ 570.300,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.698.300,00

Preços tabela referencial DER – Janeiro/2026

- 1.2- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº5466, de 09 de março de 2024.
- 1.3- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 2.1- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei nº 14.133/2021
- 2.2- O prazo de vigência dos contratos originados através da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1- A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP - Estudos Técnicos Preliminares,



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

apêndice deste TR - Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1- A solução proposta consiste na utilização de **blocos de pavimentação intertravada de concreto**, com espessura de 8 cm e resistência mínima de 35 MPa, conforme a **NBR 9781/2013** (Blocos de concreto para pavimentação – Especificação e métodos de ensaio), e **meio-fio de concreto pré-moldado**, com dimensões de 12 cm x 30 cm x 1 metro, conforme a **NBR 8491/2012** (Guia de meio-fio de concreto – Requisitos e métodos de ensaio).

O ciclo de vida da solução contempla as seguintes etapas:

Produção e Aquisição dos Materiais

- 4.2- Os blocos de concreto são fabricados seguindo as especificações da **NBR 9781/2013**, garantindo alta resistência mecânica, durabilidade e estabilidade dimensional.
- 4.3- O meio-fio pré-moldado é produzido de acordo com a **NBR 8491/2012**, assegurando resistência à compressão e qualidade das superfícies. A seleção de fornecedores qualificados garante a conformidade com as normas técnicas e a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Execução e Instalação

- 4.4- A execução do pavimento segue os critérios da **NBR 15953/2011** (Execução de pavimentação intertravada com blocos de concreto).
- 4.5- A preparação do subleito e da base é realizada conforme a **NBR 12253/1992**, garantindo a regularização e compactação adequada.
- 4.6- Os blocos intertravados são assentados manualmente sobre camada de areia, proporcionando travamento eficiente e melhor distribuição das cargas.
- 4.7- O meio-fio é implantado para contenção do pavimento e direcionamento do escoamento superficial das águas pluviais.

Uso e Manutenção

- 4.8- O pavimento intertravado permite fácil manutenção, uma vez que blocos danificados podem ser substituídos individualmente, sem a necessidade de demolição.
- 4.9- A inspeção periódica garante a preservação da integridade estrutural, prevenindo deformações e otimizando a vida útil.

Vida Útil e Sustentabilidade

- 4.10- A vida útil estimada para o pavimento intertravado é de 20 a 30 anos, dependendo das condições de uso e manutenção, conforme recomendações das normas aplicáveis.
- 4.11- A solução é sustentável, favorecendo a drenagem natural do solo e reduzindo a formação de poças e alagamentos. Além disso, os materiais podem ser reutilizados em eventuais reconfigurações do espaço urbano, minimizando resíduos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

- 5.1- A empresa contratada deverá fornecer os materiais conforme as especificações técnicas acima, atendendo às normas e regulamentações vigentes.
- 5.2- Os materiais fornecidos deverão ser entregues no prazo estabelecido, em conformidade com a quantidade solicitada e em perfeito estado de conservação.
- 5.3- A empresa contratada deverá apresentar a documentação fiscal e garantias exigidas para a efetivação do fornecimento.
- 5.4- A entrega dos materiais deverá ocorrer no município de Marilândia-ES, nos locais e datas definidos pela secretaria de Obras, Infraestrutura e serviços urbanos juntamente com o setor de Engenharia conforme necessidades.
- 5.5- Caso as especificações exigidas não estejam sendo cumpridas de fato, a Empresa prestadora de serviço estará sob penalidade.
- 5.6- O preço proposto pela empresa deve ser compatível com o praticado no mercado, conforme análise de orçamentos e cotações obtidas.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 5.7- Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar amostra**, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 5.8- A exigência de amostras de blocos de concreto e meio-fio se faz necessária para garantir a conformidade dos produtos ofertados com as normas técnicas aplicáveis e assegurar a qualidade e a durabilidade das obras.
- 5.9- Os produtos adquiridos devem atender integralmente às especificações das seguintes normas da ABNT:
- 5.10- ABNT NBR 9781:2013 – Blocos de concreto para pavimentação
- 5.11- ABNT NBR 9782:1987 – Meio-fio de concreto
- 5.12- A apresentação de amostras permitirá a verificação da conformidade dos produtos, garantindo que os mesmos possuam as características técnicas exigidas e atendam aos requisitos de resistência e durabilidade previstos nas normas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

PRAZO DE ENTREGA

- 6.1- 6.1- O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do envio da Autorização de Fornecimento em remessa única.
- 6.2- Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

LOCAL DE ENTREGA

- 6.3- Os bens deverão ser entregues diretamente nos locais e datas definidos pela secretaria de Obras, Infraestrutura e serviços urbanos juntamente com o setor de Engenharia, em dias úteis, no Município de Marilândia/ES, com telefone para contato nº (27) 3724-1921/ (27) 99915-9803.

DO RECEBIMENTO

- 6.4- Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR - Termo de Referência e na proposta.
- 6.5- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR - Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6- Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.7- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.8- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de registros de Preços.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(art. 92, incisos X, XI e XIV, da Lei nº 14.133/2021).

- 7.1- São obrigações do Contratante:
- 7.2- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ata e seus anexos;
- 7.3- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR - Termo de Referência;
- 7.4- Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.6- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.7- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.8- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- 7.9- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

- 7.10- Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Marilândia/ES, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, quando esgotadas as vias administrativas.
- 7.11- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.12- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de preços;
- 7.13- Cientificar a Procuradoria Geral do Município ou equivalente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.14- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.15- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 7.16- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

(art. 92, incisos XIV, XVI e XVII, da Lei nº 14.133-2021).

- 8.1- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes na ata e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos materiais contratado, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2- Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.3- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.4- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.5- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.6- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.7- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

- 8.8- O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a NF - Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 6) Certidão Negativa de Débitos Municipais.
- 8.9- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.10- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.11- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.12- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.13- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.14- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.16- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.17- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 8.18- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.19- Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.20- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

9. SUBCONTRATAÇÕES

- 9.1- A contratação não poderá ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente os serviços deste contrato, sem prévia autorização por escrito da secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbano.

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU CONTRATO

- 10.1- A gestão do contrato será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, sendo Lidiane de Souza de Almeida a gestora responsável, bem como Fernando Barroso De Oliveira, sob matrícula 012286 a fiscal de contrato.
- 10.2- A gestão dos contratos oriundos da Ata de Registros de Preços será de responsabilidade de os quais terão seus fiscais designados no ato da assinatura do contrato.
- 10.3- A ata de registros de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.4- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.5- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.6- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.7- Após a assinatura da ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 10.8- As competências dos Agente de Contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e fiscais de contratos e da assessoria jurídica estão estabelecidas no, os quais terão seus fiscais designados no ato da assinatura da ata de registro de preços.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS **(art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/2021).**

- 11.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

- A. Der causa à inexecução parcial da ata;
 - B. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - C. Der causa à inexecução total do contrato;
 - D. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - E. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - F. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - G. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - H. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2- Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - D. Multa:
 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savergnini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

- 11.3- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.7- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- A. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - B. As peculiaridades do caso concreto;
 - C. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - D. Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - E. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.11- A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 11.12- O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.13- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.14- Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
- 11.15- Aquele que convocado para assinatura da ata ou contrato não o fizer dentro do prazo estabelecido pela Administração, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sendo-lhe garantido o direito à ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta e a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais, incluindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e, suas alterações.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

(art. 92, incisos V e VI, da Lei nº 14.133/2021).

FORMA DE PAGAMENTO:

- 12.1- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, a serem devidamente indicados pelo contratado.
- 12.2- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

PRAZO DE PAGAMENTO

- 12.3- O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da NF - Nota Fiscal.
- 12.4- A Nota Fiscal, Autorização de Fornecimento assinada e certidões negativas, serão enviados para o e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br.
- 12.5- Considera-se ocorrido o recebimento da NF - nota fiscal quando a empresa contratada atestar a entrega dos materiais do objeto da ata de registro de preços e enviar a contratante contendo Autorização de Fornecimento Assinada, Nota Fiscal e certidões negativas.
- 12.6- No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE de correção monetária.
- 12.7- A compensação financeira prevista nesta condição será incluída, a requerimento do interessado, na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.
- 12.8- A NF - Nota Fiscal/Fatura deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:
- Identificação completa da Contratada: CNPJ (o mesmo constante da documentação fiscal, exceto se for emitida por filial/matriz que contenha o mesmo CNPJ base, com sequencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;
 - Prazo de validade;
 - Data da emissão;
 - Dados do contrato e do órgão contratante;
 - Descrição de forma clara do objeto executado;
 - Valores unitários e totais e período com as informações referentes aos itens do objeto efetivamente entregues;
 - Número do processo que originou a contratação, bem como o número do empenho;
 - Informações bancárias para pagamento;
 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 12.9- Havendo erro na apresentação da NF - Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- 12.10- Os pagamentos serão condicionados à apresentação da NF - Nota Fiscal dos produtos contratados e entregues devidamente atestados pelo setor competente.



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

- 12.11- Deverá a contratada apresentar ainda as provas de regularidade fiscal e trabalhista com prazo de validade vigente, descritas abaixo:
- Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB);
 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
 - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município contratante;
 - Prova de Regularidade com a Fazenda do Estado sede do contratante;
 - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - Prova de Regularidade de Falência e Concordata.
- 12.12- O atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegura à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação e a pronta quitação das parcelas em aberto.
- 12.13- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.14- Para habilitar-se ao pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante a 1ª via da NF - Nota Fiscal juntamente com a devida justificativa e comprovações;

Dados para emissão da Nota Fiscal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA/ES

CNPJ nº: 27.744.176/0001-04

ENDEREÇO: Rua Ângela Savernini, 93, Centro, Marilândia/ES

CEP: 29725-000

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

Rua Angela Savernini nº 93 - Centro – Marilândia/ES – CEP: 29.725-000

Tel: (27) 3724-2971/2990 – CNPJ: 27.744.176/0001-04

infraestrutura@marilandia.es.gov.br



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

13.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por ITEM.

Exigências de habilitação

13.2- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

13.3- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.4- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.5- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.6- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.7- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.8- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.9- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.10- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.11- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.12- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.13- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.14- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.15- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.16- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.17- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.18- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

13.19- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 4º, inciso II, alínea “c”, do Decreto Municipal nº 12.989, de 13 de março de 2023), ou de sociedade simples;

13.20- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.21- Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

13.22- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

13.23- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.24- O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

13.25- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

13.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.26.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.26.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1- O custo estimado total é de R\$ 4.698.300,00 (quatro milhões e seiscentos e noventa e oito mil e trezentos reais), conforme custos unitários.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais



PREFEITURA DE MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

Rua Ângela Savernini, nº 93 – Centro - CEP 29725-000 - Marilândia-ES

Tel.: (027) 3724-1921 - C.N.P.J.: 31.250.158/0001-43

e-mail: infraestrutura@marilandia.es.gov.br

cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1- A dotação orçamentária para cobertura da despesa, consta no orçamento municipal, sob as seguintes classificações:

16.2- 07007.1545100053.007.44905100000 (164) Fonte Recurso: 1500000000000

Indicação para Fiscal de Contrato:

Rogaciano Maroto – Subsecretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos

LIDIANE DE SOUZA ALMEIDA

Secretária de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.